

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA - UAHIS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

**AS MULHERES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:
ESTEREÓTIPOS E/OU INVISIBILIDADE?**

MARIA SOLANGE DE FIGUEIREDO

**ORIENTADOR (A)
PROF(A) DRA. SILÊDE LEILA OLIVEIRA CAVALCANTI**

**CAMPINA GRANDE, PARAÍBA
DEZEMBRO DE 2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA - UAHIS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

MARIA SOLANGE DE FIGUEIREDO

Artigo apresentado ao curso de Especialização em Educação para as Relações Étnico-raciais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de especialista.

ORIENTADORA: Prof(a) Dra. Silêde Leila Oliveira Cavalcanti

**CAMPINA GRANDE, PARAÍBA
DEZEMBRO DE 2018**

AS MULHERES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: ESTEREÓTIPOS E/OU INVISIBILIDADES?¹

Maria Solange de Figueiredo²

RESUMO: O presente trabalho problematiza os conceitos de identidades étnicas e de gênero no *livro didático de história*, buscando entender e discutir como se dá a inclusão da temática étnico-racial e gênero no livro didático de história. No âmbito mais específico, iremos apresentar e refletir como as mulheres negras são representadas nos livros didáticos de história, adotados pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Lúcia de Albuquerque, localizada no Sítio Batista, Aroeiras- PB. Objetivamos refletir como a mulher negra é representada no âmbito historiográfico, apontar como essas vêm sendo demonstradas no livro didático de história após a Lei 10.639/2003 e reconhecer a importância de um currículo multicultural voltado para educação e a diversidade. A metodologia pauta-se em analisar como o livro didático traz a representação da mulher na divisão temática dos capítulos/unidades, na forma como são propostas as atividades relacionadas aos textos (orais e escritos) e, ainda, nas ilustrações e imagens. O material didático que serviu como ferramenta para esta pesquisa é o livro de história, de uso diário dos professores e alunos, tornando-se, assim, um material já conhecido e analisado pelos educadores que têm contato contínuo com o mesmo. Trata-se do livro *Projeto mosaico* de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino do 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais. Em termos de fundamentação teórico-metodológica e historiográfica, recorreremos e dialogamos com Nilma Gomes, mulher negra, Circe Bittencourt, livros didáticos, Clara Araújo, o conceito de gênero, Roger Chartier, o conceito de representação, além da concepção de currículo a partir de Tomaz Tadeu e Alfredo Veiga.

Palavras-Chave: Relações Étnico-raciais - Livro didático - Mulheres Negras

ABSTRACT: The present work problematizes the concepts of ethnic and gender identities in the didactic book of history, seeking to understand and discuss how to include the ethnic-racial and gender themes in the didactic history book. In the more specific context, we will present and reflect how black women are represented in the textbooks of history, adopted by the Municipal School of Primary Education Maria Lúcia de Albuquerque, located in Sítio Batista, Aroeiras-PB. As a specific objective we will reflect how the black woman is represented in the historiographical scope, to point out how these have been demonstrated in the textbook of history after Law 10.639 / 2003 and to recognize the importance of a multicultural curriculum focused on education and diversity. The methodology is based on analyzing how the didactic book brings the representation of the woman in the thematic division of the chapters / units, in the way in which the activities related to the texts (oral and written) are proposed, and also in the illustrations and images. The didactic material that

¹ Artigo escrito como um dos requisitos para aquisição do certificado de Especialista em Educação para as relações étnico-raciais.

² Pós-graduanda em Educação para as Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. E-mail: solangefigueiredo22@hotmail.

served as a tool for this research is the history book, used daily by teachers and students, thus becoming a material already known and analyzed by educators who have continuous contact with it. The book Mosaic Project by Cláudio Vicentino and José Bruno Vicentino of the 8th year of Elementary School Final Years. In terms of the theoretical-methodological and historiographic foundation, we have used and dialogued with Nilma Gomes, a black woman, Circe Bittencourt, textbook, Clara Araújo, the concept of gender, Roger Chartier, the concept of representation, conception of curriculum from Tomaz Tadeu and Alfredo Veiga.

Keywords: Ethnic-racial relations - Textbook - Black women

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo nasceu do interesse em trabalhar temas ligados às questões étnico-raciais e de gênero. Sabemos que eram temáticas, até pouco tempo, fora dos discursos nas aulas de História, praticamente invisíveis no currículo da disciplina, porém, diante das crescentes lutas dos movimentos negros, e com as leis que tornaram obrigatório o ensino das temáticas acima citadas, vemos que elas, aos poucos, vêm ganhando, de forma tímida e limitada, lugar no debate no âmbito político, acadêmico, bem como na educação básica.

A necessidade de compreender o porquê de nosso país ser palco de tantos casos de preconceito e discriminação fomentou o desejo em produzir este artigo. Percebemos um cenário com muita desigualdade social, seja por questões de raça, classe social ou gênero. É bastante comum nos depararmos com cenas e atitudes grosseiras contra negros, mulheres, homossexuais e pobres, em diversos locais, como: escolas, repartições públicas etc. Porém, nosso foco foi o recurso didático mais utilizado por alunos e professores, o livro didático de história. Analisamos como o mesmo aborda as imagens, textos e atividades que tratam de mulheres negras e como as mesmas vêm sendo representadas nesse tipo de material após a Lei 10.639/2003, se é de forma estereotipada, preconceituosa ou de forma invisível. Diante disso nos perguntamos: O que precisa ser feito para termos uma representação³ maior das mulheres negras nos livros didáticos de história?

³ Cabe salientar, que o conceito de representação utilizado no presente trabalho, é aquele defendido por CHARTIER (1990), em sua obra História Cultural- Entre práticas e representações, onde o historiador expressa que as ditas representações dizem respeito ao modo como em diversos locais e temporalidades, a realidade social é algo construído por meio de divisões, bem como por classificações e delimitações dadas. O estudioso, nesse sentido, defende que o senso de representação é algo historicamente determinado pelas relações de poder, sendo assim, algo que pode se alterar conforme as mesmas relações e pelos conflitos de interesses dos grupos sociais.

A Lei 10.639/2003 tem quinze anos de implantação, foi fruto de lutas e reivindicações do movimento negro e de políticas afirmativas instituídas pelo governo brasileiro, aprovada em 09 de janeiro de 2003, ela faz alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa aprovação é símbolo de longa história de lutas pelo reconhecimento e pela reparação das desigualdades entre populações brancas e negras no Brasil, e é vista como marco do avanço no tratamento da questão do ponto de vista governamental e legal, já que “declarar direitos é um recurso político-pedagógico que expressa um modo de conceber as relações sociais dentro de um país” (Cury, 2000, p.32).

Entendemos a Lei 10.639/2003, primeiramente, como uma política de ação afirmativa, pois:

Os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a idéia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores. (GOMES, 2001).

Não há como negar a importância da Lei 10639/03 para a luta do movimento negro brasileiro. Apesar das dificuldades e possíveis desvios na sua implantação, sem sombra de dúvida, é uma conquista e servirá na construção de novas relações sociais.

Para conhecer melhor as questões étnico-raciais, foram criados cursos de aprofundamento, a exemplo o curso de Especialização em Educação para as Relações Étnico-Raciais, onde se aprofunda os conhecimentos em temas mais específicos, como as leis, a história dos negros, dos povos ameríndios etc. Sem dúvidas, são cursos que nos fazem refletir e conhecer melhor aquilo que na graduação não foi alcançado. Compreender como lidar com as questões étnico-raciais neste país é deveras importante, pois só assim tentamos minimizar a discriminação racial e o preconceito.

A escolha por trabalhar com o livro didático se deu pelo fato do livro ser o principal recurso utilizado na escola, já que o mesmo está inserido no nosso cotidiano, nas preparações das aulas, das atividades, e também porque já vínhamos analisando e observando como as questões étnico-raciais e de gênero vem sendo abordadas e representadas em tal recurso. Cabendo salientar que nosso interesse é compreender as abordagens sobre mulheres negras, após a implementação da Lei 10.639/2003, e como as representações dessas mesmas

mulheres estão dispostas no livro didático *Projeto Mosaico* do 8º ano do Ensino Fundamental selecionado para essa pesquisa.

Iremos sistematizar o texto, aqui, da seguinte forma: Inicialmente, abordaremos a Lei 10.639/2003, enfatizando-a como uma política afirmativa de combate e desconstrução de um currículo eurocêntrico que, por sua vez, silencia o multiculturalismo do Brasil; Em seguida, iremos apresentar e discutir um pouco sobre o livro didático, enquanto vetor ideológico e metodológico, destacando as representações relacionadas às questões étnicas e de gênero. A ênfase maior será em torno da problemática da mulher negra e sua abordagem nos livros didáticos do conteúdo curricular História, recortando alguns elementos que compõem o material e analisando.

2. LEI 10.639/2003: AS POSSIBILIDADES DE UM CURRÍCULO MULTICULTURAL E DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE.

A obrigatoriedade do ensino da História, cultura afro-brasileira e africana nas escolas de Ensino Fundamental e Médio fazem parte das discussões de entidades envolvidas com o Movimento Negro já há algum tempo. Mas, foi somente com a Lei 10.639/03, criada no ano de 2003, que se começou a pensar em políticas educacionais voltadas as questões étnico-raciais, assim como se deu início por parte das instituições educacionais em geral, um trabalho acerca da cultura e história dos africanos e afro-brasileiros. E quando falamos nas instituições educacionais, em específico as escolas, é claro que estamos incluindo os professores, bem como os alunos e a comunidade, pois estes também se inserem no contexto escolar, respeitando o currículo que defende a multiculturalidade.

No entanto, com a lei sancionada, tornando obrigatório o ensino da história dos afro-brasileiros e africanos, deu-se conta de algumas dificuldades, a começar com algumas peculiaridades: os professores quase não obtiveram em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a história da África, além do que a grande maioria dos livros didáticos de história utilizados nestes níveis de ensino, não reserva para a África e para os negros espaços adequados, fazendo com que os alunos passem a construir apenas estereótipos, com base no que lhes é apresentado de maneira incipiente.

A lei em debate tem o potencial de permitir aos alunos o reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira. Ela tem caráter compensatório, pois possibilita a desconstrução de

mentalidades e práticas preconceituosas, sequelas deixadas pelo longo período de escravidão, visto que “as desigualdades raciais” ou de gênero, como quaisquer outras, não se inscrevem na lógica da natureza, mas na lógica das relações.

Para tanto, a lei questiona o currículo. E é por meio dele que se escolhem as prioridades do que ensinar ou não na escola e, por isso, houve uma naturalização de seus conteúdos como uma representação da verdade, ou daquilo que se toma como relevante e que deve ser ensinado nas escolas em todos os níveis: do ensino fundamental ao médio.

Há variadas maneiras de entender o currículo escolar. Do ponto de vista da prática, o currículo é um caminho que se faz caminhando, é um “jeito” de edificar um homem ou uma mulher, de escolher e de colar as peças que devem constituir este ou aquele ser humano. No entanto, sabemos que o currículo escolar ainda é construído seguindo os moldes de uma visão eurocêntrica, com a ideia que coloca os interesses e a cultura européia como sendo as mais importantes e avançadas do mundo. Porém, eurocentrismo é um conceito que não deveria ser mais aplicado, uma vez que sabemos que não há uma cultura superior às demais manifestações culturais, elas são apenas diferentes, e, por isso, devem ser respeitadas como tal.

Para tanto, o currículo é essencialmente uma prática que constrói, entre outras coisas, nossas identidades, molda as formas de perceber a realidade ao nosso redor, bem como engendra as relações de gênero. Dessa forma, como defende Tomás Tadeu da Silva (2009), nenhuma perspectiva que se pretenda “crítica” ou pós-crítica pode ignorar as estreitas conexões entre conhecimento, identidade de gênero e poder. “O currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero” (SILVA, 2009, p. 97).

É importante destacar as possibilidades de um currículo que vise à diversidade cultural existente no mundo, já que temos uma lei que exige mudanças e aperfeiçoamento no currículo, na escola, nos conteúdos, assim como na maneira de ministrar as aulas, para isso, o uso do multiculturalismo é essencial.

Em tempos presentes, um currículo deve ser voltado para a formação de cidadãos com capacidade de crítica, comprometidos com a valorização da diversidade cultural existente, da cidadania em si, e aptos a se inserirem num mundo global e plural.

No entanto, com a aurora do século XX, o currículo passa a ser visto como uma construção, uma seleção da cultura, que deve estar comprometida com a emancipação das classes oprimidas, com a ligação de conteúdos a experiências vividas por esses grupos, de

maneira a provocar uma conscientização de suas condições de vida, dando, então, a possibilidade de trazer a essas classes, uma perspectiva de mudança. O caráter excludente de algumas escolas e do currículo tradicional, que reproduzem as desigualdades sociais, ao trabalhar com padrões culturais distantes das realidades dos alunos devem ser abolidos, pois além de expulsar, via reprovação e evasão, os alunos que mais necessitam da escola para sua educação não estão mais de acordo com as propostas da educação e da realidade atual. O currículo, na visão multicultural, deve trabalhar em prol da formação das identidades abertas à pluralidade cultural, desafiadoras de preconceitos em uma perspectiva de educação para a cidadania, para a paz, para a ética nas relações interpessoais, para a crítica às desigualdades sociais e culturais.

Um currículo que vise à abordagem das diversas formas de cultura existentes pode trabalhar em todas as perspectivas, apresentar fases folclóricas, em que mostre a influência de diferentes povos na formação da cultura (como, por exemplo, a influência dos árabes nas ciências, na matemática; a influência dos africanos na cultura brasileira e de outros povos), e, em outros momentos, trabalhar com a perspectiva multicultural crítica de desafio a preconceitos, formação da cidadania e questionamentos acerca da desigualdade que atinge determinados grupos.

Portanto, a escola, neste ponto, é compreendida como o berço dos conflitos, dessa conversação que proporciona a troca de experiência e é nesta fase que entra a discussão da cultura afro, já integrada ao currículo escolar. Esses estudos passaram, a partir de 2003, a serem obrigatórios, pois estudar o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, como também a história dos negros (as) são questões amparadas pela lei, porém jamais podem ser vistas como mera obrigação, devido a sua presença no material didático distribuído na escola, ou mesmo ser observada como uma carga de conteúdo. A influência que estes debates causam em sala de aula é ponto chave para estimular docentes e discentes na discussão dos assuntos relacionados à história e à cultura negra, pois gera no professor a segurança para abordar as temáticas, já que há uma lei que o auxilia e o ampara neste processo.

3. O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADES DE MULHERES NEGRAS.

O livro didático constitui um instrumento no processo de socialização e de humanização, tendo o professor como mediador, serve de apoio às atividades realizadas pelos docentes e pelos discentes. Sua função específica é auxiliar o professor na tarefa de mediar o saber historicamente acumulado pela sociedade, ajudando a democratizar e socializar o conhecimento elaborado, bem como abrir a possibilidade de crítica dessa herança e a criação de novos saberes por parte dos educandos. Ele é um recurso pedagógico muito válido e importante para o ensino e, muitas vezes, é o único material de apoio disponível em sala de aula.

Segundo Bittencourt (2008), os livros didáticos são os instrumentos de trabalho mais usados, integrantes da “tradição escolar” de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. No entanto, a partir de 1997 com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’S), começou a avaliação pedagógica dos conteúdos, mais focada em evitar os preconceitos de origem cor, condição social, raça/ etnia, gênero ou qualquer outro tipo de discriminação, chamado de pluralidade cultural.

Com a promulgação da Lei 10639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio, os livros didáticos tiveram que ser revistos, inserindo-se as temáticas que a Lei direciona. Porém, não é o que temos visto atualmente nos livros didáticos, eles ainda vêm “padronizado nos moldes tradicionais”, eurocêntrico e estereotipado com narrativas uniculturais de forma “excludente”, a exemplo da história dos negros, da África e dos povos ameríndios que quase não aparecem, e quando aparecem são apenas em uma ou duas páginas do livro, ou como texto complementar.

No que se refere às representações das mulheres negras inseridas no livro didático, essas são mínimas e bem silenciadas. São raras as vezes em que as mulheres negras aparecem nos livros, e quando aparecem estão sempre em papéis subalternos, secundários ou vitimadas, o que conseqüentemente pode desenvolver sentimentos de hostilidade, estereótipos e representações negativas a respeito. É preciso que o PNLN (Plano Nacional do Livro Didático) reveja formas, idéias e comecem a fazer alterações e modificações nas elaborações de livros didáticos, inserindo as temáticas que a Lei 10.639/03 aborda, de forma que a classe negra, especificamente a mulher negra, seja representada e vista, sem preconceito, sem

exclusão e que traga essa temática em pelo menos boa parte de seus capítulos. Assim, estaremos minimizando a invisibilidade e a exclusão da mulher negra no livro didático de história e trazendo para a mesma uma representação digna a sua altura.

É necessário que se articulem às análises sobre as relações de poder e os discursos que criam estigmas e exclusões, com o objetivo de entender que tais discriminações não são naturais, mas construídas historicamente, acabando por inferiorizar e subjugar as mulheres negras.

Para uma melhor compreensão da questão das representações das mulheres negras e seus mecanismos de identificação, classificação e estereotipagem, no livro didático, CHARTIER (1990) diz que as representações são construídas historicamente e podem ser concebidas como o campo dos significados e símbolos que organizam a vida social de indivíduos e dos grupos, sendo definidas pelas relações de poder, e que podem, dessa maneira, serem alteradas conforme os conflitos e interesses dos grupos sociais. Sob tal concepção, a construção da cultura e da sociedade é atribuída ao papel ativo e consciente dos sujeitos, mesmo que a relatividade do papel da consciência seja considerada.

Em Gomes (2003), encontramos que a representação envolve percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação ou exclusão, pois, segundo autor:

Podemos então inferir que a vida coletiva, como a vida psíquica dos indivíduos, faz-se de representações, ou seja, das figurações mentais de seus componentes. Os sistemas de representação são construídos historicamente; eles originam-se do relacionamento dos indivíduos e dos grupos sociais e, ao mesmo tempo, regulam esse relacionamento. (GOMES, 2003, p. 76).

No entanto, a representação está intimamente ligada à questão do estereótipo que significa reduzir, essencializar, naturalizar e fixar as diferenças, e o processo de reter características simples, associadas, sobretudo aos traços físicos, reduz o indivíduo a esses traços, exagera-os e os simplifica. Isso é evidente nas imagens produzidas representando as negras e negros nos livros didáticos.

Como já salientado, na visão de Roger Chartier, as representações dizem respeito ao modo como em diferentes lugares e tempos a realidade social vai sendo edificada, através de classificações, divisões e delimitações. Ou seja, representar é fazer presente ou apresentar de novo, fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma idéia, por intermédio da presença de um objeto. No entanto, o próprio conceito de representação é algo complicado de ser entendido, e se falando em representação de mulheres negras nos livros didáticos de

história, percebemos que estas são ainda mais difíceis de entender, porque esse grupo social ainda permanece com pouca ênfase, com visibilidade ainda fraca.

As representações não se restringem somente à imaginação das pessoas, elas adentram o espaço escolar e têm impacto real na formação das subjetividades dos estudantes. As mulheres negras ficaram, por muito tempo, ausentes dos currículos e materiais didáticos de história, bem como das demais disciplinas e quando surgiram foram abordadas de maneira fetichizada, folclorizada, subalternizada e exótica.

Portanto, a representação envolve percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação ou exclusão. Historicamente falando, a mulher foi considerada em várias sociedades como um ser inferior ao homem, o que pode ser a explicação para o gênero feminino ter se configurado como um “grupo social” minoritário, o que o exclui da escrita da história da humanidade, como sabemos, esta é representada e apresentada, de uma forma geral, como a história dos homens.

4. REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO LIVRO DIDÁTICO: ESTUDO DE CASO *LIVRO PROJETO MOSAÍCO*.

A seguir apresentaremos o livro escolhido para análise da nossa pesquisa. Como já foi mencionado, a escolha do livro *projeto mosaico* do 8º ano Ensino Fundamental dos anos finais se deu pelo fato de ser o material utilizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Lúcia de Albuquerque Aroeira – PB, e também porque os professores já têm bastante conhecimento da obra por completo. Para realizarmos a análise é interessante conhecermos seus autores, formação, suas metodologias, mostrando como escreveram e organizaram a obra, dando ênfase no que se refere às representações de mulheres negras, bem como outras abordagens de acordo, conforme as análises.

O livro analisado, *projeto Mosaico* tem como autores Cláudio Vicentino, bacharel, licenciado em Ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), professor de História em Cursos de Ensino Médio e Pré-vestibulares, autor de obras didáticas e paradidáticas para Ensino fundamental e Médio, e José Bruno Vicentino, bacharel e licenciado em história pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), professor de história em cursos de ensino fundamental, médio e pré- vestibulares, autor de obras didáticas para ensino Médio.

O Livro traz em sua apresentação (Guia do PNLD) um texto dos próprios autores, onde é mencionado o que se estudar na disciplina História e porque estudar história, aonde os autores vão respondendo e frisando que aprender história é um caminho para desenvolver o senso crítico. A obra traz duas páginas denominadas “Por dentro da obra” explicando tudo que contém na mesma, como capítulos, atividades, trabalhos com documentos curiosidades acerca do tema que foi trabalhado e o manual do professor. No sumário, cada volume conta com oito módulos e acompanha as renovações que nos últimos anos deram nova dimensão à área de História, sejam as acadêmicas (novos temas, novas abordagens), sejam as referentes ao ensino.

De acordo com Guia do Programa Nacional do Livro didático (PNLD), *Projeto Mosaico* apresenta o livro de uma forma bem completa. A história é ensinada de forma a estimular o pensamento crítico do aluno, ajudando-o na construção de conhecimentos e de autonomia. Ao longo dos quatro volumes da coleção, e também do manual do professor, são propostas atividades que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento de múltiplas habilidades e competências, em especial aquelas indispensáveis para o conhecimento histórico, como leitura de textos, imagens e documentos, incluindo análise e interpretação; elaboração de entrevistas; coleta e comparação de informações; pesquisas; seminários; produção de sínteses, resumos, fichamentos e resenhas. Esse projeto oferece, ainda, recursos digitais dirigidos exclusivamente ao professor para incrementar sua formação e seu trabalho em sala de aula. Exploram temas correlatos ao conteúdo impresso, específico de cada volume e, em vídeos com especialistas, propõem a discussão de questões atuais da educação brasileira, bem como temas do ensino de História. O Manual do Professor, conciso e objetivo, conta com um mapa de conteúdos que garante visualização rápida e clara dos principais tópicos de cada capítulo. Uma seção específica ao fim de cada um de seus módulos aborda o tema da avaliação, com orientações e sugestões para o professor.

De início, ao analisarmos o livro utilizado na presente pesquisa, percebemos que há escassez, uma ausência grande no que se refere à história dos negros e, principalmente, às imagens e às representações de mulheres negras. Observando o sumário do livro, percebemos que não há nenhum capítulo específico e direcionado para a história dos negros. Encontramos apenas a representação do negro como escravo, sendo isto tratado no capítulo que fala sobre a o fim da escravidão.

As posturas do livros didáticos perante o silenciamento da questão da diversidade cultural associada aos grupos étnicos parece pretender disseminar a ideia de que no Brasil não

existem diferentes e variados grupos étnicos. Isso pode colaborar com o reforço da perspectiva sobre a existência de uma nação branca, que, pela miscigenação, acabará por erradicar o negro da população brasileira.

Analisando as representações de mulheres negras no livro *Projeto Mosaico*, podemos notar que estas sempre foram vítimas de silenciamento, de exclusão e de preconceito, além de serem discriminadas na história por ser mulher, as negras carregam também em suas costas a discriminação de raça. Nilma Lino Gomes (1995) afirma que:

Ser mulher negra no Brasil representa um acúmulo de lutas, indignação, avanços e um conflito constante entre a negação e a afirmação de nossas origens étnico-raciais. Representa também suportar diferentes tipos de discriminação. (GOMES, 1995)

Sem sombra de dúvidas, isto é resultado da trajetória da mulher negra desde quando foram trazidas enquanto cativas para o Brasil, onde as mesmas foram expostas às mais variadas humilhações, como as condições de trabalho, a negação da própria maternidade por ter que criar as crianças brancas e se tornar apenas um objeto sexual nas mãos dos senhores, que abusavam de seus corpos frequentemente.

Geralmente, mesmo atualmente e diante de avanços no que se refere ao tratamento do tema, os negros não são tratados de forma igualitária aos brancos, isso é notório no livro analisado, pois sempre aparecem em posições sociais inferiores, o que dificulta a reflexão dos alunos sobre a importância da influência da cultura negra na formação da sociedade brasileira. De acordo com Silva (1889, p. 57):

[...] ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação.

Diante disto, podemos dizer que o negro (a), é considerado invisível no livro didático. A discriminação e o preconceito ainda se fazem presentes. Durante a análise, observamos também que grande parte do livro quando incorporara a história das mulheres negras, as representa como objeto, na posição de submissas, com hipersexualidade e sem possibilidade de ação.

A partir da contextualização dos dados técnicos sobre o livro didático, iremos analisar algumas imagens, como proposta de atividade e a forma como as mulheres negras vêm sendo representada no livro *Projeto Mosaico*.



Figura 01: AMA DE LEITE (livro Projeto Mosaico p. 273)

A imagem acima, presente no livro *Projeto Mosaico*, é de uma Ama de Leite, (responsável por amamentar criança alheia quando a mãe natural está impossibilitada de fazê-lo.). Geralmente, esse encargo era dado às escravas que já tinham filhos. As amas de leite cuidavam de todos os detalhes envolvendo o bem-estar da criança, como alimentação, higiene e vestimenta. No entanto, o que nos chamou atenção foi a forma como a atividade, a qual trazia a imagem supracitada, veio proposta: A atividade continha quatro questões, uma delas pedia para os alunos explicar como a escrava se apresenta na foto, outra solicitava que os alunos descrevessem a imagem apontando as vestimentas, cor da pele, cabelo e qual o parentesco da negra com a criança; Depois pedia para compartilhar a opinião dos alunos com os colegas de classe. Em face disto, compreendemos que a proposta da atividade parece interessante, pois dar espaço para alunos e para professores fazerem uma excelente crítica, principalmente quando deixa os alunos abertos pra colocarem suas opiniões sobre racismo e

preconceito, como também faz com que os alunos apontem várias críticas em defesa da imagem da mulher negra, mostrando as diversas raças, que somos seres diversificados e devemos respeitar as diferenças, cada indivíduo tem sua forma individual de se vestir e usar aquilo que melhor lhe apraz. Para melhor entendimento dos alunos, cabe ao professor levar matérias extras, textos para fazer um debate mais profundo acerca das mulheres negras, sua representação, que é invisível e silenciada perante a sociedade e história do Brasil. Na realidade, há uma dificuldade em reconhecer o negro como sujeito integrante, personagem significativo, construtor da história. Dessa maneira, associou-se a imagem do negro, como sinônimo de escravidão, como fator de trabalho braçal. Produziram-se a invisibilidade de seres humanos portadores de uma diversidade cultural fabulosa, eliminando-se a possibilidade do negro aparecer na sociedade brasileira, como portador de novos pensamentos, de organizador de um modelo de política alternativa, como agente transformador reinventando uma nova maneira de organização social.

O Livro analisado *Projeto Mosaico* não foge à regra, traz as mesmas fontes históricas de tantos outros, entretanto, as falhas não se encontram nas fontes e materiais disponíveis, mas na concepção, na ideia que desqualifica, que apresenta o negro (a) como um ser que não deve pensar e que não faz parte da historiografia brasileira. Percebemos, com a análise realizada, que as imagens do negro (a) no Brasil aparecem, preferencialmente, em dois momentos cruciais: Como mão de obra escrava, no Período Colonial, Primeiro e Segundo Reinados; e no momento da abolição da escravatura. Tirando esses momentos cruciais, o negro (a) aparece de forma preconceituosa, racista, sem nenhum reconhecimento, porém, sabemos que sem o povo negro não existe história no Brasil.



Joaquim Cândido Guillobel
 "Fiel retrato do interior de uma casa brasileira"; 1814/1816. (Livro *Projeto Mosaico* p.263)

A imagem acima é uma pintura do artista Joaquim Cândido Guillobel. Por ser uma pintura feita pelo artista, nosso objetivo não é analisar a obra do artista, e sim observar a forma em que a mulher negra aparece na imagem. Observamos mais uma representação negativa da mulher negra. Tal imagem está como tópico “o trabalho escravo no Brasil”, nela é notória a escravidão. Observando, identificamos que as mulheres brancas estão sentadas e as negras como serviçais, escravas do trabalho. Percebe-se uma desigualdade racial discriminatória, onde o branco sempre aparece em boas condições e bem representados. Assim, fica evidente que os autores e o livro, no geral, ainda trazem imagens de mulheres negras de forma preconceituosa, vaga e estereotipada.

No entanto, a imagem que circula nos livros didáticos, geralmente, até os dias atuais, enfatiza o papel subalterno das mulheres negras. Essa concepção, que se origina no período da escravidão, continua na pós-abolição. Recém-libertas, não lhes restaram alternativas no mercado de trabalho e, sem assistência do governo, muitas se destinaram a trabalhar em casas de família. Por muito tempo, elas foram maioria em ocupar os serviços de empregadas domésticas.

Concluimos dizendo que, de acordo com as análises e leituras feitas no livro didático de história *Projeto Mosaico*, fica evidente que quase nada mudou pós-lei 10.639/03. Ainda é notória a invisibilidade da representação e presença da mulher negra no livro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que fora discutido até então, fica claro que alguns estereótipos ainda são reproduzidos nas páginas do livro didático, principalmente, no que tange às representações de mulheres negras. Percebemos, ainda, o quanto o assunto de gênero e representação das mulheres se tornou algo silenciado nos materiais didáticos e não só neles, na história em geral. Os livros de História têm negligenciado os conteúdos que focalizam a história das mulheres negras e a sua colaboração na sociedade, mesmo com as contribuições das teorias feministas, dos estudos sobre raça e das leis que obrigam o tratamento adequado de tais conteúdos.

Fica claro e evidente, como já dito, que temos um silenciamento no que diz respeito às mulheres negras, há uma omissão quanto a sua contribuição e legado para a cultura afro-brasileira, o que pode cooperar para o desenvolvimento de estigmas, representações negativas e, conseqüentemente, sentimentos de discriminação e racismo.

É necessário e urgente que os livros sejam revistos e que os professores tenham uma postura crítica diante dos conteúdos apresentados, a fim de construirmos uma educação mais justa e menos excludente.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. *Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero*. Crítica Marxista, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2001.

BITTENCOURT. Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. *Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em 05 Novembro. 2018.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n.5, jan/abr, p.117-191, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141991000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 05/dez/2018.

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990. [na BCE: 930.85 C486c =20]

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. In.: *Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

MEC, BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Lei 10.639/03.

Vicentino, Cláudio: *Projeto Mosaico: História: anos finais: ensino fundamental/ Cláudio vicentino, José Bruno Vicentino*. - 1 ed.-São Paulo: Scipione, 20015.